



Expresso

DIRECTOR FRANCISCO PINTO BALEMÃO

SUB-DIRECTOR JOSÉ DE CARVALHO BARROSO PEREIRA DE SOUSA

MANTENEDOR FERNANDO DE ALMEIDA

REDAÇÃO: AV. DE BRASÍLIA, 120 - 1.º ANDAR - LISBOA

24 horas
em notícias**Ilegalidade de partidos em diploma constitucional**

As alterações propostas ao diploma constitucional, que prevê a legalização dos partidos políticos, são consideradas ilegais por uma comissão de juristas da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

Delegado do MRPP recusado pelo MFA

O delegado do MRPP para a região de Lisboa, João de Deus, foi recusado pelo MFA para assumir a função de delegado regional. O MFA alega que João de Deus não possui a nacionalidade portuguesa necessária para exercer a função.

Distúrbios em Setúbal num comício do PPD

Um comício do PPD em Setúbal terminou em distúrbios quando um grupo de jovens começou a jogar pedras e outros objetos contra a polícia. Os organizadores do comício foram acusados de incitar a violência.

Ciúdo na Dem. Cristá?

Um líder da Democracia Cristã em Ciúdo afirmou que o partido não se opõe à legalização dos partidos políticos, desde que esta seja feita de forma democrática e respeitadora da Constituição.

Almeida Santos ao EXPRESSO: "o mais absoluto respeito pela vontade da população de Timor"

Almeida Santos, ministro da Defesa Nacional, afirmou ao EXPRESSO que Portugal respeita a vontade da população de Timor-Leste. Ele afirmou que Portugal não pretende manter a presença militar em Timor além do necessário para garantir a segurança da região.

Desenvolvimento económico e captação de simpatias internacionais sobre os bastidores do refinamento da repressão

(Do nosso enviado)
Pag. 17

O 1.º Congresso de Escritores visa por Ana Helder, Natália Correia e Virgílio Ferreira. Pag. 1

2 mesas redondas

Programa temático: Missões diplomáticas como entre as feições políticas. (Continuamos) Pag. 12 e 13



Serviço Nacional de Saúde. Retrair as privações aos médicos. Pag. 18 e 19

Comemorações Internacionais de 8 de Março: A mulher em Portugal 75. Pag. 11 e 111

A Colúmbia vai mudar? Rumores administrativos, localizações, indústrias e outros. Pag. 12 e 11

Eleições nos Conselhos das Armas e definição política do MFA

Os membros dos Conselhos das Armas foram eleitos para um mandato de dois anos. O MFA definiu a sua política de defesa nacional, enfatizando a importância da cooperação internacional e do respeito pelos direitos humanos.

Reforço ao cargo. O MFA reforçou o seu compromisso com a defesa da democracia e da liberdade de expressão.

Reforço ao cargo

O MFA reforçou o seu compromisso com a defesa da democracia e da liberdade de expressão, afirmando que a defesa dos valores democráticos é uma prioridade para o país.

Titular (ou titular). O MFA afirmou que o seu compromisso com a defesa da democracia é uma prioridade para o país.

Tudo corre bem. O MFA afirmou que o seu compromisso com a defesa da democracia é uma prioridade para o país.

Para evidenciar. O MFA afirmou que o seu compromisso com a defesa da democracia é uma prioridade para o país.

Para evidenciar. O MFA afirmou que o seu compromisso com a defesa da democracia é uma prioridade para o país.

Conselho de Ministros: Da agitação social e política aos casos Brha e Bohna

O Conselho de Ministros discutiu a situação de agitação social e política no país, bem como os casos Brha e Bohna. O Conselho decidiu tomar medidas para garantir a estabilidade e a segurança do país.

O Conselho de Ministros discutiu a situação de agitação social e política no país, bem como os casos Brha e Bohna. O Conselho decidiu tomar medidas para garantir a estabilidade e a segurança do país.

Comissão de Extinção da Pide causa de contestação interna

A Comissão de Extinção da Pide sofreu uma contestação interna devido a diferenças de opinião sobre a forma de proceder à extinção do partido. Alguns membros defendem uma abordagem mais rigorosa, enquanto outros defendem uma abordagem mais conciliatória.

A Comissão de Extinção da Pide sofreu uma contestação interna devido a diferenças de opinião sobre a forma de proceder à extinção do partido. Alguns membros defendem uma abordagem mais rigorosa, enquanto outros defendem uma abordagem mais conciliatória.

A Comissão de Extinção da Pide sofreu uma contestação interna devido a diferenças de opinião sobre a forma de proceder à extinção do partido. Alguns membros defendem uma abordagem mais rigorosa, enquanto outros defendem uma abordagem mais conciliatória.

OMEGA
Speedmaster

o relógio usado nas viagens espaciais

24 horas em notícia

Ilegalidade de partidos em diploma constitucional

EM REUNIÃO de antemão à noite do Conselho de Estado, em que participaram também ministros representando partidos da coligação, foi aprovada uma lei constitucional autônoma que prevê a possibilidade de aplicação de medidas de ilegalização de partidos políticos já legalizados mas que, pelas suas actividades, não oferecem garantias de colaborar no processo de democratização do país. A sua aplicação é da competência da JNS.

Delegado do MRPP recusado pelo MFA

NA SEQUÊNCIA da nomeação, pelo Comité Central do MRPP, do soldado Etevírio de Jesus para o cargo de representante daquele partido nas conversações com a comissão encarregada de efectuar consultas acerca da institucionalização do MFA, esta organização de oficiais cancelou, ontem, os contactos, ainda na fase dos preliminares. Com efeito, nenhuma reunião entre a comissão e o Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado teve ainda lugar, devido ao facto de não ter sido aceite, por este, anterior encontro para que fosse convocado pelo MFA, dado que o MRPP desejava conhecer e discutir, previamente, a agenda dos trabalhos, o que veio a obter o acordo da citada comissão.

Recorda-se que o soldado Etevírio de Jesus saiu há pouco tempo do presídio militar onde fizera uma greve de fome, durante 32 dias, exigido a sua libertação. É acusado de ter participado nos incidentes de 4 de Novembro último, quando jovens revolucionários se manifestaram contra o comício da Juventude do CDS, no teatro 5. Luis.

Consultado sobre esta medida, um porta-voz do MRPP afirmou tratar-se do primeiro passo de uma campanha actualmente em curso pela legalização daquele partido, anunciada pela tentativa de assalto à sede do «Luta Popular», que teria sido, segundo o MRPP, tentado por militantes do PCP, na noite de antemão.

Distúrbios em Setúbal num comício do PPD



ONTEM, pelas 21 e 30, um grupo de cerca de 200 indivíduos gritando abaixo o P.P.D., morra o P.P.D., viva o P.C.P. e viva o comunismo impediram a efectivação de um comício do Partido Popular Democrático, que se devia realizar em Setúbal no Clube Naval. Antes do comício, colocaram-se em lugar estratégico, aliás documentados na foto supra, de onde começaram a gritar. Depois, um grupo arremou tudo o que era disco, cartaz ou bandeira e queimou-o ali mesmo, enquanto outros se lançavam na agressão a elementos do P.P.D. Fora do pavilhão havia muitos mais que lançavam pedras.

A hora à que encontramos a nossa edição e segundo informação que nos foi prestada pelo Hospital de Setúbal entraram cerca de vinte indivíduos, muitos dos quais feridos a tiro, sendo um deles sido transportado de urgência para o Hospital de S. José, em Lisboa, onde se encontrava em estado conatoso. O ferido que não tem identificação, aparenta ter vinte e cinco anos.

Segundo testemunhas presentes, a P.S.P., disparou para acalmar os manifestantes.

Por outro lado, em Lisboa e à mesma hora, cerca de 500 elementos do P.C.P., U.E.C. e M.J.T., boicotaram, em parte, recorrendo à ameaça física, uma R.G.A. dos alunos da Faculdade de Direito onde se ia ser proposta a irradiação de alunos (entre os quais dois elementos do C.C. da U.E.C.) do movimento associativo.

Um dos boicotantes acabaria por confessar ter sido enviado pela delegação do P.C.P. dos Olivais.

Cisão na Dem. Cristã?

ENCONTRA-SE iminente, segundo círculos normalmente bem informados, uma cisão no Partido da Democracia Cristã. De facto os candidatos deste partido por Coimbra e Aveiro, que deveriam participar na UCDC (Frente Eleitoral) do CDS com o PSD, recusaram-se a fazê-lo, o que levou a que as listas da UCDC por estes distritos sejam exclusivamente compostas por membros do CDS.

Os dissidentes encontram-se dispostos a dar uma conferência de imprensa para exporem as razões da sua não aceitação da Frente eleitoral.

Partiu ontem para Coimbra, com o objectivo de superar a cisão, o eng.º Jorge Medeiros, dirigente nacional do PSD.

Almeida Santos, B. Almeida

Almeida Santos ao EXPRESSO:

"o mais absoluto respeito pela vontade da população de Timor"

A MOVIMENTAÇÃO da opinião pública em círculos internacionais acerca da questão de Timor oriental, com abundante cópia de notícias, mais ou menos especulativas, sobre as possíveis intenções hegemónicas de outros países daquela região, parece estar a ter, por parte do governo português, uma prudente contrapartida de política descolonizadora, a que não será alheia a chegada a Lisboa, ontem, do governador de Timor, tenente-coronel Lemos Pires.

Para alguns movimentos políticos surgidos na (sinda) colónia portuguesa, (vd. pag. 7) a definição do processo conducente à independência poderá estar a ser retardado por compromissos assumidos, pelo governo português, em conversações tidas há meses com as altas instâncias indonésias e australianas, aquando da deslocação do Ministro da Coordenação Interterritorial àquela zona. Foi portanto ao ministro Almeida Santos que pedimos nos esclarecesse sobre esta e outras questões ligadas à

problemática específica de Timor:

«Não há, nunca houve nem podia haver nenhuma espécie de compromisso com os governos da Indonésia, da Austrália ou qualquer outro, que possa comprometer, pôr em risco ou negar o princípio, que tem sido linha constante do nosso processo de descolonização, o mais absoluto respeito pela vontade da maioria da população de Timor, apurada pela via de uma consulta eleitoral directa e universal», começou por afirmar o dr. Almeida Santos que reforçou depois: «Pelos responsáveis ao mais alto nível do governo português e nas mais diversas ocasiões e circunstâncias, foi dito e redito que é ao povo de Timor que compete, em última instância, decidir qual deve ser o futuro estatuto político do território. O direito à independência dos territórios ultramarinos, naturalmente sem excluir o de Timor, encontra-se não só consagrado em lei constitucional como confirmado na prática por cinco acordos entre o governo português e movimentos de libertação dos

territórios. É pois tarde demais para se poder pôr em dúvida, com alguma credibilidade, a boa fé do governo português relativamente à descolonização do único território (Macau) a partir, que não consideramos uma colónia) acerca do qual não foi ainda acordado o esquema conducente à definição do seu futuro estatuto político.»

Comentando os sinais de impaciência que tem surgido ultimamente, o dr. Almeida Santos considerou:

«A quem está de fora e por isso não pode estar na posse de todos os dados de definição e não há talvez que estranhar, nos tempos que correm, propensas ao heroísmo fácil quando não gratuito, que apareça quem queira explorar essa indefinição como sinal de propósitos reservados ou de insublis inconfidência. Não parece, contudo, que Timor seja o território em melhores condições para poder ser exercitado esse heroísmo. Não se

Continua pag. 7

Almeida Santos ao EXPRESSO:

“O mais absoluto respeito pela vontade da população de Timor”

Continuação pag. 1
vislumbra facilmente os motivos por que o governo português haveria de querer negar o seu processo de descolonização precisamente a propósito do território em relação ao qual seria sempre difícil vislumbrar intenções neo-colonialistas.

Ultrapassar em breve a fase enigmática do processo

Atinalhando depois os laços que ainda se mantém e que se traduzem por responsabilidades

moças «e de modo nenhum interesses políticos ou económicos de qualquer ordem», Almeida Santos acentua que politicamente apenas se pode pôr o problema da procura de uma solução que torne Timor o mais imune possível a ambições neo-colonialistas:

«Somos assim um pouco a falso, quando não a ridículo, siogans do tipo «independência ou morte!» depois que se tornou bem claro que não está em causa o direito à independência nem o exercício desse direito implica riscos para quem quer que seja. Uma coisa é isso, outra ser o governo português indiferente ao «equilíbrio estratégico e político da área geográfica em que Timor se insere. Portugal enforça-se», prossegue o Ministro, «não por se desembarracar de Timor por qualquer preço, ou segundo a linha da menor incomodidade, mas por honrar as suas responsabilidades históricas e morais, ajudando Timor a encontrar o seu próprio equilíbrio no jogo de forças que em Timor se cruzam».

Sobre notícias, que considerou sem fundamento sério, postas a correr com origem numa provável invasão armada de Timor pela República da Indonésia, Almeida Santos indicou-as como suficientes para «avaliar o realismo e a prudência com que Portugal se empenha em não definir o futuro político de Timor e o respectivo processo de descolonização, antes de convenientemente esclarecidos todos os factores determinantes e consequentes, ou à revelia da consideração da posição de países que já mostraram não ser indiferentes ao tipo de esquema que venha a ser definido».

E mais adiante: «De qualquer modo, algum dos territórios havia de ser o último e não passou ainda tanto tempo sobre o acordo da Península que não possa considerar-se justificada a demora desde então ocorrida. Têm-se feito progressos, por forma a que seja possível, dentro em breve, ultrapassar a fase enigmática do processo, se bem que também talão o enigma é a reserva desempenhem um papel relevante em matéria de descolonização, ainda que pelo preço da impaciência ou incompreensão de um ou outro jovem menos consciente das dificuldades do problema ou mesmo complacente com essas dificuldades».

E rebatendo de novo, vigorosamente, as acusações de entendimento com outros governos sobre a questão timorense o Ministro da Coordenação Interterritorial exprime a convicção de que o caminho já percorrido é suficientemente probatório da capacidade e da boa fé dos negociadores portugueses, cuja actuação deveria bastar para «serem poupados à suspeita de

entendimentos inconscientes com quem quer que seja acerca do futuro de Timor», que deixará em breve de ser uma incógnita, ajoutou.

Aditia: Nem apoio nem aplauso da Austrália

Quanto à deslocação a Lisboa do tenente-coronel Lemos Pires, que vem na sequência da recente estadia do major Jonas e de contactos do major Mota com a Comissão de Descolonização, a uma pergunta que formulámos o dr. Almeida Santos esclareceu:

«A visita do governador de Timor selecciona-se em primeira linha com a solução de alguns problemas de administração corrente, entre os quais a definição do auxílio económico a Timor no ano de 1975, quer ao nível do plano de fomento, quer ao nível de subsídio para despesas correntes, mas será sem dúvida aproveitada para que a Comissão Nacional de Descolonização disponha de um relatório actualizado da situação em Timor, que de algum modo contribua para a breve definição, por via negociada com representantes dos movimentos de libertação, como vem sendo norma, do esquema do futuro político do território. Posso adiantar que, segundo tudo indica, o apoio a prestar no ano em curso não será inferior ao do ano transacto».

Considerando depois uma referência que fizemos ao recente aparecimento da Aditia, partido que se anunciou defensor da integração de Timor na Austrália, Almeida Santos assinalou:

«Aquando do meu contacto com o governo australiano, tornou-se bem claro que não alimenta ambições de qualquer ordem sobre Timor português. O mesmo aconteceu aliás com o governo da Indonésia. Ambos se limitaram a realçar que não desejam ver transformado aquele território em foco de tensão política ou presa de ambições alheias, susceptíveis de fácil importação no caso de uma atitude de abandono precipitado por parte do governo português deixar Timor à mercê de necessidades que não sempre são aconselháveis. Foi assegurado aos dois governos que Portugal não abandonará Timor enquanto o seu povo se considerar necessitado do auxílio económico e do apoio técnico e administrativo portugueses».

Por outro lado, continou, «ninguém hoje duvida seriamente de que Portugal é incapaz de explorar as carências do povo timorense para prolongar sem justificação a situação colonial, de que aliás não retira outras van-

tagens que não sejam a satisfação moral de ser solidário com um povo a ele ligado por um pacto de cultura e amizade multissecular».

Não creio, pois, concluiu o Ministro, «que o novo partido que defende qualquer forma de ligação de Timor à Austrália contem com o apoio ou menção o aplauso do governo de Canberra».

Entrevista de Victor Dims

Moçambique:

As Nações Unidas enviam auxílio

LOURENÇO MARQUES (do nosso correspondente Manuel Veiga) — Depois de ter visitado quase todo o País, a delegação das Nações Unidas constituída por membros da PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) e UNICEF (Fundo das Nações Unidas para Auxílio à Criança) que se encontra em Moçambique chegou a conclusão relativamente ao auxílio a prestar.

Esta ajuda foi revelada à Informação, nacional e estrangeira, através de conferência de imprensa dada por Anthony Balensky Brian Jones, respectivamente, representante permanente e director, daqueles dois departamentos, na passada quarta-feira.

Saúde, formação de técnicos, comunicações e transportes, assistência às populações, agricultura e pecuária, abastecimento de água e electricidade foram pontos sobre os quais se debateram os membros das Nações Unidas, no decurso das vistas feitas a diversos locais de Moçambique. Precisamente sobre estes aspectos foram já tomadas decisões e elaborados programas de auxílio a apresentar ao Governo de Moçambique. Nalguns deles, nomeadamente saúde, agricultura, e assistência às populações, a acção daquele organismo internacional poderá começar a desenvolver-se imediatamente.

Entretanto, na manhã de quinta-feira última, chegou a Lourenço Marques um avião «Britania» proveniente de Copenhaga com medicamentos, artigos alimentares e dez mil cobertores, oferecidos pela UNICEF e, destinados às vítimas das cheias do Limpopo. O valor desta oferta é de 1750 contos tendo a Inglaterra contribuído com o tratamento do avião cujo custo se elevou a mais de um milhão de escudos.

Reunião política em Marracuene

Em Marracuene, pequena vila a cerca de 30 quilómetros de

Lourenço Marques, efectuou-se esta semana uma importante reunião política presidida por Armando Guebuza, Ministro da Administração interna do Governo de Transição e Comissário Político Nacional e na qual participaram as autoridades administrativas do Maputo. Estiveram ainda presentes, como observadores, funcionários administrativos e membros do Partido das restantes dez províncias e elementos representativos de diversos grupos dinamizadores.

As relações entre o Governo e o Partido, a crise de autoridade, questões económicas, principalmente no que se refere ao combate à sabotagem económica na Província do Maputo, problemas de ocupação de terras, controlo das fronteiras e doenças sociais (com destaque para alcoolismo, droga e prostituição), foram os mais importantes temas debatidos nesta Assembleia que teve começo às 11 horas e veio a terminar depois das 22, na passada terça-feira.

Para cada tipo de dificuldades foi recomendada uma forma adequada de actuação de forma a poder permitir soluções para o combate imediato.

«Vamos todos estudar as formas que possam permitir aprofundar a compreensão dos problemas do País, reflectir criticamente, de modo a que a nossa acção se possa tornar mais eficaz para a resolução dos mesmos» — afirmou o Ministro da Administração Interna.

No que se refere às relações entre o Governo e o Partido foram definidas correctamente as linhas de molde a distinguir uma acção administrativa de uma acção política.

A esse respeito disse Armando Guebuza: «A nossa preocupação é encontrar formas de «casamento» válido Partido-Governo, pois o Governo deve ter um instrumento ao serviço das massas, capaz de realizar os anseios das populações mais miseráveis, capaz de levar as populações que se encontram

numa situação sub-humana de vivência, a elevar a sua condição humana, acabar com a ignorância, a fome, etc.»

— A reunião pôe em evidência a preocupação do Governo em contactar com o Povo, procurando tomar conhecimento directo das realidades da vida moçambicana. E não só pois demonstra também que está atento a necessidade de manter vigilância apertada já que vem ainda muito longe o tempo, em que não serão de preocupar, infiltrações ou tentativas reaccionárias, através dos grupos dinamizadores. Principalmente em relação ao Sul do País que, não deve esquecer-se, está politicamente atrasado, cerca de dez anos, em relação ao Norte.

As primeiras imagens do mundo socialista têm chegado aos moçambicanos através das visitas feitas por delegações da FRELIMO e do Governo de Transição a alguns países de que, antigamente, apenas se ouvia falar.

Primeiro foi a delegação à República Democrática da Coreia do Norte, e à República Popular da China, países que estão a ser visitados por uma embaixada moçambicana chefiada pelo Presidente Samora Machel.

As relações de amizade entre Moçambique e estes países têm sido postas em evidência, não apenas através de relatos feitos por agências internacionais e enviados especiais dos jornais, como ainda por comunicado conjuntos emitidos após as conversações havidas.

Também o prestígio internacional de que goza a FRELIMO tem sido destacado, assegurando aos moçambicanos uma maior certeza relativamente ao futuro da sua terra.

E sem que isso queira significar algo sobre a linha política que virá a ser seguida pois ela terá de ser aquela que melhor servir de ser aquela que melhor sirva os interesses do povo de Moçambique, sem dúvida que as observações e troca de experiências e de ideias que não deixarão de ter sido feitas, poderão vir a ser de grande utilidade.

S)

Angola:

Medidas económicas draconianas não provocam reacção

LUANDA — (De nosso correspondente Nunes Pereira) — Não provocou reacções o decreto que permite ao Governo de Transição de Angola ordenar a mobilização de quaisquer instituições, serviços e empresas de natureza pública ou privada, sempre que ocorram circunstâncias extraordinárias e o exija o interesse público. Declarações dos dirigentes do país sobre a crescente e rápida deterioração da economia angolana deixavam prever medidas urgentes, mais ou menos draconianas.

As causas próximas da decisão encontraram-se no mau funcionamento dos portos do Lobito e Luanda. Noventa por cento dos cinco milhões de carga geral que o país movimentava repartem-se pelos dois portos. Cinco por cento do total destinava-se à Zâmbia e ao Zaire. Ambos estão, portanto, intimamente ligados ao desenvolvimento de Angola — e o do Lobito à economia de países vizinhos.

A frequência dos portos de Lobito e Luanda pela navegação de longo curso, em 73, registava um aumento médio de 10 por cento. O ano passado, todavia, acusou uma regressão da ordem dos 11 por cento. Dada, por outro lado, a fraca produtividade dos seus nove mil trabalhadores, o seu

congestionamento agrava-se de dia para dia.

Dezetas de navios (no do Lobito actualmente cerca de trinta), — não raro eram obrigados a sobre-estadias superiores a 40, 70 e cem dias. Os fretes marítimos foram agravados de 55 e 110 por cento. Os armadores começaram a temer e evitar os portos angolanos (o de Luanda teve uma diminuição de 600 navios e 300 mil toneladas de carga em 74.

Por força desta situação, a economia do país caminhava para a ruína. De facto, outros sectores sofriam as incidências da ineficiência dos portos. Os Caminhos de Ferro de Benguela (cerca de meio milhão de contos de lucro em 73, ano em que dotez mil trabalhadores mal pagos evidenciavam tenso mal-estar) e de Luanda contabilizaram em 74 acentuados decréscimos no transporte de cargas. As indústrias locais, na maior parte dependentes de matérias-primas importadas, reduziram severamente o seu labor. O comércio ressentia-se do atraso na chegada de artigos essenciais.

Entretanto os trabalhadores, manobrados por motivos de estratégia política de outros, empenhavam-se em reuniões, paralisações, greves e - greves de prevenção. De anotar que, por falta de controlo, alguns trabalhadores

do porto de Luanda pagavam a outros métodos dos vencimentos para que estes os substituísem. Tinham assim assegurado um salário sem adã fazerem. A mobilização dos portos do Lobito e de Luanda e do caminho de Ferro de Benguela, portanto, surgia como medida dura, mas última.

O problema não repete exclusivamente aos portos. Outros sectores de actividade, sobretudo o industrial, apresentam idênticos efeitos. Multiplicam-se as greves, às vezes mesmo antes da apresentação de qualquer pedido reivindicativo, apesar de constâncias apenas ao trabalho de elementos dos três movimentos de libertação que integram o Governo de Transição. Não será difícil admitir a mobilização de outras instituições, serviços ou empresas.

O panorama político — a situação económica, aliás, sem contributo negativamente para que assim suceda — mantém-se anuviado e imprevisível. Os choques entre os movimentos — que de qualquer modo, não devem ser encarados sob uma óptica pessimista, pois a plataforma de Mombaca continua a resistir satisfatoriamente — são frequentes. Quarta-feira verificou-se um grave incidente entre tropas das FAPLA (MPLA) e do ELNA (FNLA) que causou algumas baixas. No antigo campo de concentração de S. Nicolau (a 80 kms de Moçamedes).

A detenção e envio para Portugal dos jornalistas João Fernandes e Sousa Oliveira, director e redactor do «Notícia» (suspeita), lançou perturbação no campo da Informação. Um outro grupo, igual — não integrando nenhum jornalista, sofreu igual posição, por publicar em Luanda e

distribuir na África do Sul uma revista clandestina.

Entretanto, segundo fontes bem informadas, a FNLA pretende desfilar em Angola um grande e poderoso exército, por ocasião do 15 de Março data do início da luta armada da UPA (um dos partidos que formou o movimento). O seu presidente, Holden Roberto, deverá deslocar-se a Angola, visitando as cidades de Carmona, Luanda e Nova Lisboa. Dizem, outros círculos, que Daniel Chipenda teria sido ou iria ser nomeado em breve secretário-geral da FNLA e que, nessa qualidade, voltaria ao país.

Fontes geralmente bem informadas rezeiram, por outro lado, que estaria para breve a reestruturação do MPLA. Elementos da revolta activa, a retornar activamente ao seio do movimento, iriam ocupar lugares preponderantes na direcção. Membros ora influentes seriam desviados para outras e diferentes missões, algumas fora do país. Isso provocaria, sem dúvida, importantes adesões ao MPLA do velho sector na expectativa de reajustamento. Se ocorrer, decerto, o movimento ganhará uma nova e maior força.

Por sua vez, o presidente da UNITA, após as jornadas triunfais no centro litoral, retirou-se para as matas do Leste. Na próxima semana, ao que sabemos, deve empreender uma viagem pelo estrangeiro. Estas notícias, apesar das fontes nos merecerem crédito, são dadas sob reserva. Os angolanos, porém, sob o calor intenso e pagoso de quase fim de Verão, vivem na ansiosa incerteza do precipitar de factos decisivos para o futuro do país.

Descolonização

Delegado da Fretilin em Lisboa:

“A opção independência avança em Timor”

AFESAR dos frequentes desmentidos do governo indonésio sobre uma provável invasão de Timor-Leste, é inegável o interesse que aquela colónia portuguesa tem vindo a despertar nos meios internacionais, polarizando as atenções dos observadores para a linha política Lisboa-Dili-Djakarta-Camerra.

Na opinião da Fretilin, movimento nacionalista que preconiza a independência total de Timor e se aliou recentemente com a UDT, a Indonésia continua a evitar esforços para que a metade da ilha sob administração portuguesa não ascenda à independência, promovendo inclusivamente uma crise de autoridade interna que, dividindo a população, possa reforçar a tese integracionista da Apodeti, considerada a testa de ponte interna das ambições imperialistas indonésias.

A actual situação timorense foi apreciada, para nós, pelo delegado da Fretilin em Lisboa, Abílio Araújo, que assinalou nomeadamente os pontos mais importantes do processo que em Timor se

desenvolve. «A Fretilin preconiza, como solução a curto prazo para a questão timorense, um conjunto de medidas que partirão forçosamente da declaração oficial, do governo português, da independência de jure para Timor», afirmou o delegado. «Como núcleo da reconstrução e eliminação das doutrinas integracionistas em relação à Austrália ou à Indonésia.»

O único interlocutor válido para desencadear o processo é, para a Fretilin, o governo de Lisboa, «que só não tomou ainda posição concreta porque se encontra dependente de compromissos com os governos indonésio e australiano, decorrentes da visita do ministro Almeida Ságuas a essas países antes de ir a Timor, onde aliás esteve menos tempo que o necessário para se aperceber correctamente das realidades locais», diz Abílio Araújo, que aponta depois que os representantes em Timor, Lemos Pires e Jónatas, têm feito arancar localmente a opção independência, substituindo o governo considerado reaccionário de Nuno

Herdade, que na altura fez crescer uma escalada de repressão física e ideológica, neutralizando inclusivamente, por lei, as campanhas de politização ao nível dos «kruas», bairros familiares de incidência restrita.

«O ten. coronel Lemos Pires modificou os conceitos no sentido de liberalizar as opções», considerou o representante da Fretilin, «e isso permitiu às pessoas pronunciarem-se pela independência já sem receio de serem reprimidas. Portanto, actualmente, o povo tem consciência de que só a independência lhe servirá, ainda que essa opção contraria frontalmente os desejos dos agentes da Indonésia e a Apodeti, que é uma agência dos laços do imperialismo americano.»

Independência económica

«Mas em Timor, a independência económica nunca poderá ser alcançada sem independência política, atentas as condições em que a exploração colonial deixou as estruturas —

uma agricultura que não está voltada para o serviço do povo, indústria não fomentada, inoperante e sufocada pela política colonial, uma balança de pagamentos fortemente desequilibrada», prossegue Abílio Araújo, «que retira depois as cravadas a cumprir pela Fretilin para reformular a economia do território e resolver as carências sectoriais:

«É preciso considerar a situação em termos de globalidade, entendemos como extemporâneas as questões especulativas que não tenham o povo como objectivo imediato, para a solução de vários problemas inerentes à dinâmica independentista dos povos naquela parte do Oriente. Depois de reconhecida a independência de jure havemos de estabelecer acordos de cooperação com o governo português e a Fretilin terá de agir em função dos dados concretos que existirem à data das negociações. Assinalou ainda o mesmo elemento, afirmando que no plano político a frente que representa é

decididamente contra o referendo ou qualquer tipo de consulta semelhante, pois «os problemas de Timor não têm senão que desembocar na independência política e a descolonização não será por nós entendida senão como o fim do colonialismo.»

Para a eficácia do processo, é imperioso atender aos problemas que a diversos níveis ressaltam actualmente na questão timorese e que mais directamente se ligam com as necessidades da população em matéria de saúde, alimentação, ensino, entre outras, aponta ainda o elemento da Fretilin com quem conversámos e que refere ter a solução de passar pela eliminação da excessiva dependência do exterior, através da diversificação da agricultura, protecção e acaraminhamento das indústrias locais, desenvolvimento de tudo o que pode Timor produzir mas que não produz porque nunca houve estímulo nesse sentido: «É também preciso rever todos os contratos de exploração mineira, a continuação ou não de grupos económicos que apresentam vantagens ou inconvenientes, atingir a auto-suficiência na produção pelo aproveitamento racional do que pode ser aproveitado no território e que muito é», terminou este ponto, para responder depois a uma pergunta sobre o partido Adília recentemente surgido e anunciado como de tendência integracionista em relação à Austrália:

«A Adília foi fundada por Henrique Pereira, que liderou um movimento de emigração para a Austrália, fracassado em Outubro e Novembro do ano passado, ao que parece por o governo australiano não ter acolhido bem as intenções do projectado êxodo. Limitou-se quase só a recolher assinaturas de pessoas que queriam fugir de Timor e que não chegaram a concretizar as intenções», finalizou o referido membro da Fretilin.

4 ou 5 meses depois...

QUEM TENHA estado fora de Portugal nos últimos quatro ou cinco meses, e sem notícias do que por cá se passa, e agora volta ao seu país, que impressões colherá?

Vamos supor que a pessoa em causa não se encontra influenciada pelas notícias das emissoras de rádio, de televisão e dos jornais dos diversos países estrangeiros. Porque senão, virá logo com um certo «parti pris»: dirá que Portugal é o paraíso à beira do mar plantado, se tiver lido ou ouvido as notícias num país do leste europeu, e pensará que se trata de uma sociedade à beira da guerra civil, se tiver vivido em alguns países da Europa Ocidental ou nos Estados Unidos da América...

Ao desembarcar na Portela, ao percorrer as principais avenidas e ruas de Lisboa, o retornado achará os monumentos mais limpos, mas as paredes com a mesma policromia de cartazes e inscrições murais. Se fôr compulsar o calendário dos factos mais importantes de cada dia, continuará a encontrar séries infindáveis de comícios e sessões de esclarecimento dos mais variados partidos. Se contemplar os cartazes dos cinemas e teatros continuará a encontrar em exibição interessantes filmes de tese, e sobretudo filmes eróticos, que algumas instâncias do poder considerarão pornográficos. Quanto ao resto, da RTP à maioria das afirmações dos políticos em voga — a alteração também não será, à primeira vista, sensível.

Ou seja, a epiderme da sociedade portuguesa tem ainda muito de idêntico ao que se passava há quatro ou cinco meses.

Se o observador, para aprofundar a sua análise, falar com o maior número possível de pessoas, de variados meios, idades, correntes políticas e sectores profissionais, se abandonar Lisboa e der uma volta

pelo país — então compreenderá que cinco meses fizeram mudar substancialmente as zonas vitais da sociedade portuguesa. Encontrará severas preocupações com a grave crise económica. Depará com uma generalizada reacção às sucessivas violações da ordem pública. Notará amplas tensões sociais. Aperceber-se-á do clima efervescente das escolas, com os estudantes divididos quanto aos pontos fundamentais da sua actividade. Poderá colher até de conversas com elementos do MFA a sensação clara de que dentro do próprio Movimento posições se vão definindo, à medida que se entra no domínio tão importante da sua institucionalização.

Em síntese, do momento de euforia passou a sociedade portuguesa a um período em que não pode deixar de encarar seriamente inúmeras responsabilidades. Há quatro ou cinco meses, muitos sectores políticos saberiam o que não queriam, mas não sabiam ainda bem o que queriam. E nesses muitos, incluía-se o MFA.

Agora, tornou-se visível que sob uma aparente plataforma de intenções se encontram subjacentes alternativas políticas, económicas e sociais que são muito diferentes entre si... Também ficam patentes que não é possível ir adiando uma opção, à custa de um «cocktail» de tendências dispares.

É caso para perguntar: e depois de tudo isto o que vai fazer o viajante?

É muito provável que, tendo visitado muitos países e podido comparar horizontes, o viajante se não deixe intimidar por doutrinas oficiais ou officiosas, por muito ortodoxas que elas sejam. E quererá, portanto, manter bem viva a sua liberdade de crítica dos factos e dos homens. Por outro lado, é também muito possível que ele não aceite a posição cómoda de uns quantos privilegiados que escolheram na partida para o estrangeiro a fuga às suas responsabilidades cívicas. E ficará...

Ficará, actualmente, para garantir — através da sua participação — que o termo de uma ditadura não seja apenas o prelúdio de um novo regime anti-democrático.

O freio nos dentes

Victor Cunha Rego

AINDA PODEMOS cair, estatizados, numa democracia mais de pouco servirá à chegar com as pernas queteadas. A cada dia que passa o "basismo" alastra, já duvidamos que se, houver uma ordem de travagem meramente política ela seja obedecida. Quem temia ventos colhe tempestades.

Dêem-lhes as voltas que se quiser e o problema é sempre o mesmo: ou há condições para uma revolução classista radical ou não há. Se não há — e é esta a nossa opinião — a coragem política obriga à denúncia do delírio e o realismo impõe a começar, desde já, a lançar as bases duma aliança que evite o regresso da direita ou que lhe minimize os efeitos. Democracia pluralista clássica ou bonapartismo poderão ser em breve, pelo caminho em que isto vai, falsos dilemas, muito embora a luta passe, sempre, pela defesa do jogo democrático e dos avanços classistas que ele provoca.

Provoca uma certa angústia assistir, dia a dia, a cenas que provam não existir um projecto político válido por parte de alguns dignitários cuja função é a duma vaga mistura de apelos patéticos (não desdenháveis pelos homens do 25 de Maio) e dum verniz marxista com palavras de ordem gravadas a martelo.

Perde-se, assim, a oportunidade — e a ilusão, o que é mais grave — de delinear aquela política interna coerente que possibilitaria a política de independência nacional, verdadeiro cimento da aliança revolucionária desejada.

Até nesse campo o infantismo paralisia as acções correctas, ao pretender impôr um neutralismo tereocronuadista feito à pressa e não entendendo que o futuro passa, dada a nossa geopolítica, por um projecto independente dentro de vastas coordenadas alimadas.

Um dos homens que a força das coisas há-de levar ao governo de

um Portugal realmente renovado referiu-se, há pouco tempo, à necessidade de definir a nossa política através, por exemplo, dum centro de estudos estratégicos e tecnológicos. Mas, também, para que lá cheguemos terá o país de libertar-se desta vaga de gólgosis decorrente de erros sistemáticos cometidos em sucessivas tentativas de aplicar a Portugal dogmas divorciados da nossa realidade. De certa forma, ao rebentarem, consciente ou inconscientemente, com as fracas resistências duma fraca burguesia nacional, certos sectores improprios estão a fazer o país correr um risco muito semelhante a outros, de outras épocas, que não basta escusar com verbalismos social-populistas. Salazar não caiu do céu por acaso mas porque a alternativa era fraca. Os "homens de bem" foram a réplica à "malta" da época.

Não pode a política portuguesa dividir-se apenas entre herdeiros do Conde de Abranches e herdeiros de Brito Camacho ou entre o Estoril e a Feira Popular. Se isso acontecer perderá o país a grande oportunidade criada pelo 25 de Abril e para a qual várias graças se empenharam arduamente e à custa de grandes sacrifícios.

Isto parece claro. Já tão claro não é o futuro próximo, ou seja, o tempo em que os aprendizes se voltarão contra os feiticeiros, mesmo os aprendizes que ainda hoje parecem obedientes e temperados no provincianismo.

Teremos ainda a força democrática suficiente para, entre tropeços, abover os erros e as tentações?

Se a versão optimista triunfar — e para isso seria necessária aquela Europa hoje tão vilipendiada — muito bem.

Se a indisciplina e a anarquetrada não forem compensadas pelas comissões centrais, restará esperar, como se disse, que as forças políticas responsáveis elaborem a estratégia reformista e democrática capazes de colocá-las

em posição razoável para depois do período fatalmente marcado, nesse caso pelo peço militar que, começando, talvez, por um perestroika da esquerda tenderá a desviar-se para outro lado — se não começar, logo, por este último.

Entretanto, trava-se-lhe várias encaramuças importantes como as da institucionalização do MFA e batalhas já clássicas como a das eleições, além de poderem surgir surpresas espectaculares neste ou naquele sector ligado à manipulação escandalosa da luta anti-fascista. Mas não restam muitas ilusões. O projecto político capaz de retirar os impetus anárquicos e provocadores exigia remodelações de poder, vastas há dois ou três meses, mas com oportunidades de acção menores à medida que o tempo passa. Aludis o basismo, neste caso o "basismo de cúpula" verdadeiro abusado só possível dada a nossa "originalidade" demonstrou, nas últimas semanas, que é duro de roer. Sendo assim tudo acabará, a médio prazo, na luta pela institucionalização da ordem pública, desta ou daquela forma. Uma certa esquerda parece agostada em favor do regresso da direita ao poder. Esta começa a identificar-se com a reacção de largos sectores de população em face à anarquetrada.

O começo do PDC no Pavilhão dos Desportos começou sob o signo da democracia e do cristianismo e terminou na exasperação em face das provocações e das ameaças, das provocações e das ameaças: crapar os nervos (e criar musculuc...) nos insultados e nos ameaçados.

Eis a realidade que alguns pensam encontrar com subitas manobras de um palacianismo próprio de quem despreza a estratégia em favor da tática, a teologia em favor do corporativismo, o choque planetário em favor dos horizontes do bairro.

Em resumo a democracia pluralista e os partidos do centro e da esquerda não dogmática que a defendem acobardam, talvez, apontados como a causa de todos

os males (sendo-o, sem dúvida, de alguns) começando, é claro, pela acção de divisão. Daí a ditadura poderá ser apenas um passo. Se assim fosse, restaria esperar que essa ditadura se diluísse nas próprias contradições e, que, entretanto, as forças políticas se reorganizassem em moldes realistas afastando os demagogos e os oportunistas para estarem prontas na nova oportunidade.

A alternativa seria a repressão duma direita revivida, liberta do fardo africano, com uma legislação vasta já terminada (nesse campo os governos provisórios têm trabalhado muito e bem) e voltada para um desenvolvimento capitalista que hoje parece impossível aos voluntaristas da esquerda mas que poderia ser mais fácil de fazer vingar do que se julga.

Ter-se-ia, assim, completado o ciclo tão comum nos países do Terceiro-Mundo a que nos desejamos equiparar e em que, por infantilidade política, se jogam pela jarela possibilidades concretas de reformas em nome de revoluções utópicas e em que, anos mais tarde, se começa tudo da estaca zero com as tais reformas como objectivos ideais a atingir, depois de dolorosa perda de tempo, de sangue, de suor e de lágrimas.

Sejamos sérios. A nossa revolução e o nosso internacionalismo revolucionário assentam as suas bases históricas no processo descolonizador. Os deveres para com a descolonização exigem um Estado organizado e a estabilidade política em Portugal. Ser revolucionário é, antes do mais, ser capaz de separar o principal do secundário, o possível do impronovável. O principal é assegurar a ajuda às ex-colónias de forma a minimizar, dentro do possível, a intrusão dos imperialismos. O possível é assegurar a autoridade do Estado democrático assegurando-lhe reformas de estrutura nos meios de produção e na assistência social.

O resto é secundário e impronovável — o que significa que é contra-revolucionário.

Oliveira, César

As duas faces da social democracia: oportunismo e "Plano Marshall"

César Oliveira

1. O 25 DE ABRIL e sobretudo o 28 de Setembro desorganizaram e tornaram muito pouco críveis aos olhos da opinião pública do país os partidos e as forças políticas mais empenhadas na defesa da burguesia capitalista portuguesa. Por outro lado a sucessão de três governos provisórios, a saída do General Spínola, a recomposição do Conselho de Estado e da Junta de Salvação Nacional e o papel determinante que vem assumindo o "Conselho dos Vinte agravaram de tal modo as condições de domínio do poder económico sobre o poder político que, neste momento, só indirectamente a burguesia poderá influir decididamente na dinâmica do poder político e do aparelho de estado. Isto é, sendo a burguesia perdendo ou tendo-se desarticulado os seus aparelhos políticos ela terá de utilizar outros instrumentos políticos cuja imagem "de manca" não é totalmente coincidente com os seus interesses.

2. Por outro lado o processo de desorganização no novo curso que venou após o 28 de Setembro afastou qualquer veleidade da burguesia portuguesa em manipular soluções neo-colónias, ao menos nesta fase mais próxima. Se na Guiné-Bissau e em Moçambique as tentativas neo-colonialistas parecem destinadas a sucessivos malogros já em Angola, pelo contrário, não será de subestimar o papel da FNLA e até da UNITA que poderão veicular interesses imperialistas; mas mesmo neste caso, bem previsível de resto, a burguesia portuguesa terá muito pouco tempo e sobretudo um escassíssimo campo de manobra já que o neo-colonialismo encontrará as soluções a nível internacional, no campo do imperialismo que já não precisará, agora, nem da burguesia

nem do poder político em Portugal. A menos que o regime português volte a permitir, nos programas de cooperação com as ex-colónias portuguesas, infiltrações da burguesia capitalista com objectivos neo-colonialistas mesmo assim, a verificar-se este último caso a burguesia já não poderá dispor a curto prazo de uma das suas principais "fontes" no seu processo de acumulação de capital. Assim as soluções neo-colonialistas por estarem vedadas às classes dominantes portuguesas não serviram para lhe aumentar a capacidade e minorar a "debilidade" e dependências da continuidade da exploração capitalista.

3. As classes dominantes não têm, por, a curto prazo, nem aparelhos políticos, nem influência efectiva no poder político e no aparelho de estado e no MFA. As suas tentativas já volta de Palma Carlos, Sá Carneiro e Spínola gotaram-se e perderam assim, no imediato, posições que poderiam levar a um autoritarismo repressivo de "legalidade democrática" garantido ao próprio interior do processo desencadeado pelo 25 de Abril. Qual é pois a estratégia mais adequada à exploração capitalista?

4. A burguesia capitalista, as forças reaccionárias e direitistas está aberto um caminho com dois percursos paralelos que não são contraditórios (podem apenas executar-se em momentos diferentes) têm o mesmo objectivo: impedir o acelerar e o aprofundamento do processo revolucionário, bloquear o desenvolvimento de expressões da luta de classes, travar (em nome da democracia, do pluralismo e da liberdade) soluções que tornem irreversível a transição do actual processo político e da sociedade portuguesa para o socialismo. O

recurso imediato a soluções autoritárias, intervencionistas e militares não integra a estratégia imediata da burguesia capitalista porque outra solução mais cômoda e rentável a curto prazo é, por certo, mais adequada pois não desencadeará um processo de resistência que aquela outra solução provavelmente implicaria. Qual parece ser portanto a estratégia imediata da burguesia e da exploração capitalista?

5. Organizar imediatamente após as eleições um novo plano Marshall por recurso a capitais europeus e norte-americanos de modo a provocar, a médio prazo, um crescimento económico em Portugal ao mesmo tempo que a burguesia capitalista se reconverte reconvertendo também as formas da exploração capitalista sobre os trabalhadores e que se realiza a uma rápida aproximação de Portugal aos sistemas de integração económica da Europa, sub-zona do imperialismo americano.

A "ajuda" do capitalismo internacional à "democracia" portuguesa permitirá, pois, a curto prazo, e entre outros objectivos que à burguesia portuguesa equilibre uma balança de pagamentos cada dia mais desfavorável, travar o "envaziamento" em ouro e dividas estrangeiras do Banco de Portugal, criar postos de trabalho e impedir o desemprego, reconverter, nas novas condições políticas, a estrutura da produção industrial.

No entanto para atingir tais objectivos e para dar garantias políticas ao capital estrangeiro a burguesia portuguesa não tem instrumentos políticos que lhe permitam recuperar o pouco que perdeu no poder político e ao mesmo tempo "acumular" e ludibriar classes trabalhadoras ou, pelo menos, uma parte das classes trabalhadoras e a pequena burguesia.

O recurso a uma força política de empréstimo (o que aparentemente é de empréstimo) é assim algo de indispensável à concretização dos seus interesses. Que força política para "jogar" em "loca"?

6. Na Europa grande parte do poder político é ocupado por partidos social-democratas (às vezes chamados socialistas) a dominarem em alguns países onde, actualmente, menos se fazem sentir os efeitos da crise do capitalismo. Apesar dos esforços do PPD é ainda o Partido Socialista a melhor

opção para a social democracia europeia e, por consequência, para o capital europeu. Mário Soares é uma figura grãda da social democracia europeia e da II.^a Internacional e ninguém, melhor do que ele e o P.S., poderão garantir a via social democrata (democracia pluralista e parlamentar) como solução para o processo revolucionário em Portugal.

A viabilidade do Partido Socialista como força dirigente e árbitro essencial da vida política portuguesa passa portanto em primeiro lugar pela sua capacidade em assegurar internacionalmente os apoios (financeiros, económicos, tecnológicos e diplomáticos) conducentes à institucionalização da democracia (política ou pluralista: burguesa). Sem um caudal imediato de capital estrangeiro que salve a burguesia capitalista da sua capacidade estrutural e política a democracia burguesa não será projecto com credibilidade. Assim para o Partido Socialista é essencial difundir externamente duas ideias: a do eventual perigo de um novo "respe de Praga" ou de uma RDA com domínio exclusivo do PCP e do perigo de uma guerra civil; e concomitantemente difundir que, sem novo plano Marshall, que aglutine uma intervenção financeira massiva da Europa em Portugal a democracia correrá perigo, porque "é preciso estabilizar a Economia Portuguesa".

As entrevistas aos semanários franceses L'Express e Nouvel Observateur destinam-se a vender na Europa e por via desta nos USA a ideia de que a democracia parlamentar (M.S. ao N. Obs.) é impensável sem uma intervenção económica e financeira a curtíssimo prazo ou seja sem um novo Plano Marshall (M. S. ao EX.). Claro que estes semanários e toda a imprensa burguesa ficam encaixados com a ideia!

O Partido Socialista realiza assim, em nome da democracia e da liberdade, um objectivo essencial da burguesia capitalista portuguesa que, sem as colónias e sem instrumentos e aparelhos políticos, o não poderia realizar. A actual direcção do Partido Socialista é assim instrumentalizada objectivamente pela única via de continuidade da exploração capitalista em Portugal.

7. No entanto a viabilidade interna do Partido Socialista passava por este conseguir ser um

partido de massas capaz de disputar ao PCP implantação nas classes trabalhadoras e na pequena burguesia. A necessidade de o PS se afirmar como "partido dos trabalhadores" que seguindo uma via não social democrática pretenda insinuar um "poder democrático dos trabalhadores" correspondia à necessidade de se construir, como partido de massas alternativo ao reformismo burocrático (PC) e à exploração capitalista (direita e PPD) a "operação congresso" no PS consistia pois em fazer aprovar um programa que manifestasse uma "imagem de marca" ou seja um programa de esquerda, revolucionário e claramente antissocial democrata ao mesmo tempo que fazia eleger uma direcção que, sendo retinca e eminentemente social democrata, dava garantias à Europa e à burguesia portuguesa e eventualmente aos próprios socialistas.

O oportunismo interno, para consumo dos trabalhadores portugueses, de intelectuais revolucionários e do próprio MFA, foi também um ingrediente muito importante de que se serviu a direcção do PS.

8. Todavia à medida que se aproximavam as eleições a direcção eleita no congresso do Partido Socialista precisava de conquistar terreno à direita, isto é prenava de dar novas garantias às classes dominantes. E, assim, usando-se pelos termos do PPD como a agitar a perigo das ditaduras comunistas, o espantinho da guerra civil ideológico de Mário Soares em Beja a tentar a divisão do MFA (ataques à coordenadora e tentativas felizmente falhadas de isolar o Gen. Costa Gomes da CC e do MFA) mediante a progressiva definição de um projecto claramente democrático burguês que, conjugado com o novo plano Marshall, agravar as dependências do país e comprometer a independência nacional por um título enfiado à burguesia sub-imperialista da Europa.

Assim entre o 10 de Janeiro e 10 Fevereiro o Partido Socialista pôde crescer em mais 15 000 aderentes que necessariamente não terão vindo dos trabalhadores nem da pequena burguesia mas de uma direita que começou a perceber que o seu grande triunfo não era agora, nem o CDS nem o PPD mas de facto o Partido Socialista com a sua actual direcção. Que melhor garantias daria outro Partido:

capital europeu, votos à direita e à esquerda? Entretanto o secretário geral aconselhava à juventude socialista a estudar "teoria marxista" — como man um ingrediente de cósido inferior e para mistificação das massas.

Para a burguesia capitalista que pôde comparar o discurso para consumo interno da direcção do PS antes, durante e sobretudo depois do Congresso com as afirmações e o discurso externo começou a tornar-se-lhe claro que o Partido Socialista é a força que simultaneamente lhe conquista capital, lhe assegura o domínio do poder político e mistifica os trabalhadores e a pequena burguesia.

As dependências externas e a incapacidade política da burguesia acabam por ser, com manifestas vantagens eleitorais, concretizadas pela direcção do Partido Socialista. É esse que poderá realizar a democracia burguesa e a reconversão da exploração capitalista em Portugal se consegue desfilar com sucesso qualquer oportunismo, o MFA (a propósito da institucionalização ou da futura constituição política).

9. A democracia burguesa, o enfiamento ao capitalismo internacional, e a reconversão da exploração capitalista terão de passar necessariamente pelo MFA. Pela evidência desta verdade se pode medir e avaliar o interesse do PS em "empurrar" o MFA para a direita, isto é jogando na necessidade de fazer cumprir o programa eleitoral.

No entanto o MFA até hoje tem desenvolvido uma dinâmica que o tem progressivamente afastado de soluções que passem pela democracia burguesa e pela reconversão da exploração capitalista. As inúmeras declarações da C. Coord. de Vasco Gonçalves, de Melo Antunes, de Rosa Coutinho e até de Vitor Alves e Carlos Fabião deixam claramente perceber que o caminho será o da transição para o socialismo mas que tal transição exclui a democracia burguesa parlamentar (que Mário Soares se adiantou já a propor com o Presidente da República a ser eleito por sufrágio directo — pensar no Gen. Spínola?) e como resulta claramente de recente entrevista a "via" do MFA comportará compromissos transitórios com a Europa mas progressivamente exigirá um não alinhamento comprometido com os países

progressistas do terceiro mundo. Se no MFA existem governos divergentes elas situar-se-ão nouro campo que não neste onde não cabe a democracia burguesa. O principal obstáculo para os objectivos do PS e da burguesia reside assim fundamentalmente no MFA.

10. A vitória, muito provável, do PS nas eleições não vai resolver, a curto prazo, os problemas decorrentes da crise do capitalismo em Portugal, da incapacidade da burguesia e do movimento de massas anticapitalista (que o PCP hegemoniza e que estará interessado em acelerar depois das eleições). Ao PS abrir-se-ão depois das eleições dois caminhos nos quais estarão também interessadas as forças reaccionárias e a burguesia: ou retirar-se do governo para obstar o MFA, o PCP e o PPD a reprimirem os trabalhadores (salvaguardando-se a si próprios) ou facilitar (por recusa revolucionária) uma solução autoritária e militarista de direito se a primeira hipótese não resultar.

De qualquer forma os apelos ao plano Marshall, o oportunismo interno e o projecto demoburguês da actual direcção do PS conduzirão, provavelmente a prazo mais ou menos breve a um regime autoritário de fachada democrática mas altamente repressivo enquanto não produzir efeitos a "ajuda" da Europa e dos USA depois o neo-capitalismo já é engrenagem bastante... A menos que seja possível criar com a brevidade possível uma força revolucionária de esquerda que, recusando modelos e sendo eminentemente nacional (sendo internacionalista de facto, e na prática), possa servir como apoio, garantia e equilíbrio político ao MFA além do PCP, o processo revolucionário, nas suas potencialidades actuais, acabou.

No entanto as dificuldades que parecem adivinhar-se no sentido da criação desta força residem no eventual sectarismo e na persistência de projectos muito individualizados na "zona política" de onde poderia sair: MES, LUAR, FSP e de alguns sectores do PS (obviamente excluída a sua componente social-democrata). Se tal não acontecer a burguesia portuguesa terá procedido correctamente ao jogar, transitivamente, na estratégia da direcção do PS como única saída que garante os seus interesses.